

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Petrobras e Total anunciam empresa de energia renovável	2
Título: Preços sob controle	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Petrobras e Total anunciam empresa de energia renovável	5
Título: CVM acusa Dilma e mais 16 por alto custo de Abreu e Lima	6
Título: Antes de assumir, novo chanceler ‘encosta’ diplomatas não alinhados	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Broadcast de olho nas ações.....	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Brasil-China, grandes negócios	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: CVM acusa Dilma	12

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/12/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobras e Total anunciam empresa de energia renovável**

Nova "joint venture" vai desenvolver projetos solares e eólicos no Brasil

A Petrobras e a gigante petroleira francesa Total anunciaram ontem a criação de uma joint venture para desenvolver conjuntamente projetos de energia solar e eólica no Brasil. O objetivo da nova empresa é gerar uma "capacidade de produção de eletricidade de fontes renováveis que possa chegar a 500 megawatts (MW)" nos próximos cinco anos, informou a Total num comunicado.

A joint venture terá "participação de 49% da Petrobras e 51% da Total Eren S.A, empresa coligada da Total", disse a companhia brasileira em nota. A Total

Eren, antigamente chamada de Eren Renewable Energy, tem 23% de seu capital controlado pela Total desde setembro de 2017 e é especializada no desenvolvimento de projetos de energia renovável.

VENDA DE CAMPO DE LAPA

"Petrobras e Total reafirmam a importância da continuidade dos estudos sobre novas frentes de investimento em conjunto, reforçando a cooperação tecnológica existente entre as duas companhias. Além disso, continuarão buscando o desenvolvimento de novas oportunidades no segmento de gás e energia, incluindo o de energia térmica", afirmou a Petrobras em nota.

Em outra negociação, também com a Total, a Petrobras fechou um acordo para a cessão de direitos de 10% do campo de Lapa, no pré-sal da Bacia de Santos, para a francesa. É mais um desdobramento da parceria estratégica firmada entre as duas empresas em fevereiro de 2017.

Nesta nova fase do acordo, informou um comunicado da Petrobras, a Total pagará um valor adicional de US\$ 50 milhões. Antes, a Total já havia pago US\$ 1,95 bilhão à estatal brasileira, além da concessão de uma linha de crédito de US\$ 400 milhões e pagamentos contingentes no valor de US\$ 150 milhões.

A produção atual de Lapa é cerca de 30 mil barris por dia. Com a cessão da participação da Petrobras, a composição do consórcio passa a ser de 45% da

Total, 30% da BG E&P Brasil, subsidiária da Royal Dutch Shell, e 25% da Repsol Sinopec Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/12/2018

Seção: Economia

Autor: DAIANE COSTA E ALYNNE BITTENCOURT

Título: Preços sob controle

Cenário de inflação baixa deve se repetir em 2019, mantendo os juros menores até 2020

A inflação medida pelo IPCA-15 recuou 0,16% em dezembro e fechou o ano com alta acumulada de 3,86%. O índice, que mede a variação de preços entre os dias 15 de cada mês, é uma previa do IPCA, usado nas metas de inflação do governo, que deve terminar 2018 abaixo dos 4,5% fixados como objetivo pelo Banco Central (BC).

O cenário de preços sob controle deve se repetir em 2019, quando analistas preveem a inflação em torno de 4% — o que levaria o país a ter o terceiro ano seguido de inflação inferior ao centro da meta do BC. Com a inflação baixa, os economistas já preveem que os juros só voltarão a subir no fim do ano que vem ou até mesmo em 2020.

A previsão de safra recorde de grãos, de uma alta menor no custo dos combustíveis e do câmbio sob controle explicam os ventos favoráveis para a inflação no ano que vem. Sem a necessidade de encarecer o crédito para evitar uma alta de preços, o BC deve manter os juros nos atuais 6,5%, nível mais baixo já registrado no país. O banco Itaú prevê que a taxa básica de juros Selic fique neste patamar ao longo de todo o ano de 2019. O Bradesco estima que, no fim do terceiro trimestre, a taxa volte a subir aos poucos, chegando a 7,25% em dezembro do ano que vem.

O economista Luiz Roberto Cunha, professor da PUC-Rio, também não vê um aumento na taxa básica de juros no horizonte: — Não há razão para subir os juros se a inflação ficar abaixo do centro da meta, só se houver uma recuperação mais forte da economia, o que pressionaria os preços — diz Cunha, que prevê IPCA a 4% em 2019.

A meta de inflação do governo para 2019 é de 4,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos — ou seja, inferior ao objetivo fixado para este ano, que era de 4,5%.

PRESSÃO DE SERVIÇOS

Além da safra agrícola e do cenário favorável para dólar e gasolina, o fraco desempenho da economia brasileira, com o número de desempregados no país superando 12 milhões, ajuda a manter a inflação sob controle. Este ano, entre os itens com maior queda de preços, estão artigos de consumo do dia a dia, como vestuário e eletrodomésticos. Por outro lado, os combustíveis subiram com força em 2018, assim como algumas frutas e legumes.

Para 2019, o que deve pressionar a inflação, diz André Braz, economista do Ibre/FGV, são os serviços e a energia elétrica:

— O desempenho da nossa taxa (de inflação) vai depender da realização da reforma da Previdência, do comportamento da taxa de câmbio e da agricultura, que tem um peso grande. Temos vivido uma lua de mel com o campo por dois anos já. Em anos em que a agricultura não é tão colaborativa, nosso desafio para conter a inflação é sempre maior.

O IBGE estima que a safra de 2019 será de 226,7 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, ligeiramente inferior à deste ano, mas ainda assim a terceira maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 1975.

No caso da energia elétrica, algumas regiões podem ter altas expressivas, alerta a economista da Tendências Consultoria Integrada, Alessandra Ribeiro, que prevê um aumento médio de 9,5% para a tarifa no país em 2019.

— Há distribuidoras que ainda estão recuperando as perdas que tiveram com a política de represamento de reajustes implementada pela presidente Dilma Rousseff a partir de 2012 — afirma.

Braz, da FGV, alerta que, em 2019, pode haver uma surpresa negativa para a inflação vinda dos preços represados no produtor:

— Temos desafios em 2019, e a gente vê isso nos preços ao produtor, onde a inflação está perto de 10%, segundo o índice da FGV. São preços de commodities (matérias-primas) agrícolas e industriais que não foram repassados porque não houve espaço.

RISCO DE REPASSE

Segundo Braz, parte dessa alta das commodities se explica pela desvalorização do real e, a depender do câmbio no próximo ano, essa taxa de 10% pode ser repassada ao consumidor ou diluída.

Em 2018, gasolina (devido à alta do câmbio e do barril de petróleo) e energia elétrica foram os grandes vilões para o bolso dos brasileiros. A falta de chuvas e reajustes na casa dos dois dígitos, por parte de distribuidoras importantes, como a Eletropaulo, elevaram o preço da energia este ano. A greve dos caminhoneiros, ocorrida no fim de maio, e a elevação do dólar também contribuíram para pressionar os preços.

— Na virada do terceiro para o quarto trimestre, tivemos um choque de preços de alimentos, energia e combustíveis, que chegou a colocar em risco o cumprimento da meta deste ano — recorda Luis Otávio Leal, economista-chefe do Banco ABC.

Em dezembro, porém, a inflação ficou no terreno negativo. A queda de 0,16% no IPCA-15 fez o índice registrar o seu menor patamar para o mês desde o início do Plano Real, em 1994. O recuo foi graças principalmente ao alívio na tarifa de energia (-3,61%), que passou a ter bandeira verde, ou seja, sem sobretaxa, e pela redução nos preços da gasolina (-5,47%) aplicada pela Petrobras.

(Colaborou Rennan Setti)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/12/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras e Total anunciam empresa de energia renovável

A gigante petroleira francesa Total anunciou nesta sexta-feira (21) a criação de uma joint venture entre a Total Eren e a Petrobras, até julho de 2019, para desenvolver conjuntamente projetos solares e eólicos no Brasil.

Um acordo-marco foi assinado entre a Total e a Petrobras para criar essa companhia, cujo objetivo é gerar uma “capacidade de produção de eletricidade de fontes renováveis que possa chegar a 500 megawatts nos próximos cinco anos”, segundo informou a Total em um comunicado.

A sociedade Total Eren, antigamente chamada de Eren Renewable Energy, tem 23% de seu capital controlado pela Total desde setembro de 2017 e se especializa no desenvolvimento de projetos de energia renovável.

Esse anúncio concretiza um protocolo de acordo assinado em julho passado entre a Total, a Total Eren e a Petrobras para executar projetos comuns em energia solar e eólica em Brasil.

A colaboração em energias renováveis faz parte de uma aliança mais ampla entre a Total e a gigante petroleira brasileira, de março de 2017. Essa união se concentrava na atividade primordial dos dois grupos — prospecção e produção de petróleo e gás, bem como pesquisa e desenvolvimento.

A Total ainda anunciou que vai recuperar os 10% restantes de participação da Petrobras no campo petrolífero de águas profundas da Lapa, na bacia de Santos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/12/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: CVM acusa Dilma e mais 16 por alto custo de Abreu e Lima

Órgão diz que houve possível inobservância de deveres fiduciários de ex-presidente e conselheiros da Petrobras

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) oficializou nesta sexta-feira (21) acusação contra 17 ex-executivos e ex-membros do conselho de administração da Petrobras por possíveis irregularidades na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Entre os acusados estão a ex-presidente Dilma Rousseff. O processo foi aberto em março de 2016 e investiga possível inobservância de deveres fiduciários de administradores.

Dilma foi presidente do conselho de administração da Petrobras até 2010, quando era ministra-chefe da Casa Civil no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Foram acusados executivos que fizeram parte do conselho, incluindo Fábio Colletti Barbosa, Sergio Quintella, Silas Rondeau, Luciano Coutinho, Cuido

Mantega e Jorge Gerdau, além de executivos da estatal, como Sérgio Gabrielli e Maria das Graças Foster, que presidiram a empresa.

Com a construção iniciada em 2008, a refinaria inicialmente previa aportes da petrolífera estatal PDVSA, da Venezuela, mas teve suas obras bancadas inteiramente pela Petrobras.

O custo total do projeto era de pouco mais de R\$ 2 bilhões, mais superou R\$ 40 bilhões, o que chamou a atenção de órgãos de investigação, que apuram denúncias de superfaturamento.

No mês passado, Dilma, Lula e os ex-ministros das gestões petistas Antonio Palocci e Cidinho Mantega tornaram-se réus na Justiça do Distrito Federal pelo crime de organização criminosa por supostos crimes cometidos na Petrobras.

Dilma e outras 11 pessoas também são alvos de outra investigação da CVM aberta em junho, para apurar eventuais irregularidades na Petrobras na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Procurado, o advogado do ex-ministro de Minas e energia (2005-2007) Silas Rondeau afirma que ele fez parte do conselho de administração da Petrobras até o ano de 2010.

“Portanto não acompanhou a execução do contrato, a sequência de aditivos e ou tomou conhecimento da inadimplência da PDVSA”, disse o advogado Luís Alexandre Rassi.

A Gerdau informou que não comentará o assunto.

Jorge Gerdau Johannpeter foi conselheiro da estatal por 13 anos, indicado por outros acionistas.

A reportagem tentou entrar em contato com a defesa dos outros acusados, mas não conseguiu localizá-los até a publicação deste texto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/12/2018

Seção: Mundo

Autor: Patrícia Campos Mello

Título: Antes de assumir, novo chanceler ‘encosta’ diplomatas não alinhados

Mudanças promovidas por Ernesto Araújo no Itamaraty são vistas como expurgo geracional

São Paulo- Mesmo antes de assumir, o futuro ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, já está promovendo mudanças no Itamaraty que são vistas pelos diplomatas como expurgos.

Dois respeitados embaixadores que iam assumir altos cargos em Brasília foram informados pela equipe de transição do governo Jair Bolsonaro de que seus serviços não eram mais necessários e estão encostados, sem função.

É natural que os ministros montem suas equipes. Mas as mudanças na estrutura do ministério acontecem apenas após a posse dos chanceleres — o novo ministro começou a "demitir" pessoas antes mesmo de assumir.

Existe a percepção de que Araújo pretende promover um choque geracional e dar cargos de chefia a diplomatas mais jovens.

O próprio Araújo, aos 51 anos, é considerado jovem para o cargo de chanceler — e acaba de ser promovido ao ranking de embaixador. Otávio Brandelli, indicado por Araújo para ser o secretário-geral do Itamaraty, segundo posto na hierarquia do Ministério das Relações Exteriores, também é jovem, tem 54 anos.

Everton Vargas, 63, deixara o cargo de embaixador na União Europeia para assumir como subsecretário-geral de Meio Ambiente, energia, Ciência e Tecnologia. Foi informado de que a subsecretaria não mais existirá no formato atual e não recebeu nenhuma indicação de que receberá outra função.

O embaixador Ricardo Neiva Tavares era o titular da embaixada em Viena e ia assumir a subsecretaria-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte. Também foi orientado a não assumir o cargo.

Os atuais ocupantes das subsecretarias também foram informados de que não permanecerão em seus cargos, porque, entre outras coisas, a reforma no organograma da instituição irá fundir algumas delas.

Mas, novamente, a forma como foi feita a comunicação foi vista como bastante deselegante — alguns foram "demitidos" por telefone.

Diversos diplomatas ouvidos pela Folha descrevem o clima no Itamaraty como sendo de "caça às bruxas" e "incerteza". O medo é de que haverá uma limpeza geral, e jovens diplomatas que não tenham alinhamento com as gestões anteriores ganharão espaço.

O ex-chanceler Celso Amorim também fez expurgos durante o governo Lula (2003-2010), e deslocou diplomatas que eram vistos como mais próximos de governos tucanos, como Gelson Fonseca, Marcos Caramuru e José Alfredo Graça Lima, em cargos de menor destaque.

Mas Amorim já havia assumido como ministro e os diplomatas não ficaram sem função, foram apenas alocados para postos de menor destaque, fora do país.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/12/2018

Seção:

Autor: Cristian Favaro

Título: Broadcast de olho nas ações

Indicações técnicas do novo governo devem favorecer estatais

Analistas estão vendo com bons olhos as perspectivas para as empresas estatais em 2019. Eles destacaram os possíveis ganhos de eficiência diante das indicações com perfil técnico para posições centrais das companhias, cenário que tende a se refletir de forma favorável nos papéis. Entre os destaques estão Banco do Brasil, Petrobrás e Cemig. De acordo com o analista da Nova Futura Investimentos, Alexandre Faturi, o ganho de eficiência em 2019 será a principal janela de oportunidade das estatais. “Com a mudança de gestão, a iminência de privatizações (além de desinvestimentos, no caso da Cemig) é outro ponto favorável ao preço das ações”, destacou. Outra empresa apontada por Faturi foi a Sanepar, companhia de saneamento do Paraná.

“(A empresa) deve deixar para trás seu histórico conturbado de ingerência política nas tarifas. Ela apresenta múltiplos atrativos, resultados sólidos e um alto potencial de valorização”, destacou. Na mesma direção, o analista da Mirae Asset, Pedro Galdi, disse que o cenário para as estatais é “altamente positivo”. “Os destaques para mudanças ficam por conta de Petrobrás e Banco do Brasil do lado federal, e Copel, Cemig e Banrisul do lado estadual. Entendemos que, com uma gestão profissionalizada, muitas mudanças devem ocorrer em breve para limpar estruturas corrompidas politicamente nas estatais”, defendeu. Galdi disse também que aguarda que o processo de privatização da Eletrobras seja revisado, já que o novo governo não tem demonstrado ser simpático à privatização de geração de energia.

“No caso da Petrobrás, o novo presidente Castelo Branco tem um histórico muito positivo e com certeza fará um trabalho importante para recuperar a empresa”, defendeu. Nas composições desta semana, a Mirae Asset retirou os papéis da Ultrapar, que deram lugar para os da Cosan. Segundo a casa, o resultado da empresa foi fraco no terceiro trimestre, ainda impactado pela pressão da greve dos caminhoneiros na Raízen. Apesar disso, a expectativa é de recuperação, “com mais ênfase na Raízen Combustíveis” já a partir do quarto trimestre deste ano e, ao longo de 2019, ganhos para a Raízen energia, “com a expectativa de recuperação do preço do açúcar no segundo semestre”. Já a Terra Investimentos retirou a Ambev e inseriu a Sabesp na sua recomendação. Os analistas destacaram a posição da Sabesp, uma das maiores empresas de saneamento do País em termos de população atendida.

“O aquecimento da economia pode favorecer os seus negócios com a retomada do consumo de forma mais intensa dos segmentos industriais e comerciais”. Eles destacaram também que a administração do governador eleito João Doria (PSDB) gera expectativa de melhorias na gestão da empresa pública. Sabesp ON também foi inserida nas recomendações da Modalmais. Além da estatal paulista, entraram Azul PN, Localiza ON e CVC Brasil ON, enquanto a Ultrapar ON continuou na carteira. As que saíram foram: Lojas Americanas PN, Lojas Renner ON, Duratex ON e EDP energias do Brasil ON. A Nova Futura Investimentos alterou totalmente sua carteira. As ações de Banco do Brasil ON, TIM ON, M. Dias Branco ON, Multiplan ON e Smiles ON deram lugar para: Petrobrás PN, Embraer ON, Localiza ON, Lojas Renner ON e Marcopolo PN.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/12/2018

Seção: Espaço Aberto

Autor: Tulio Cariello

Título: Brasil-China, grandes negócios

A partir de 2019, o novo governo terá muito a ganhar com o estabelecimento de uma visão madura e pragmática em suas relações com a China, condizente com a relevância do país asiático no Brasil e no mundo. Antes mesmo de anunciar sua candidatura à Presidência da República, o então deputado federal Jair Bolsonaro demonstrou preocupação com a presença da China no Brasil. Segundo anunciado pelo militar reformado em diversas ocasiões, os chineses estariam “comprando o Brasil, e não do Brasil”, percepção que reforça a ideia de que haveria algum impulso predatório da parte de Pequim. Uma análise abrangente das relações bilaterais nas áreas de comércio e investimento, no

entanto, indica que o Brasil pode colher bons frutos com a manutenção e o aprimoramento de uma aproximação estratégica com a China. Entre 2007 e 2017, de acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), empresas chinesas investiram US\$ 55 bilhões no Brasil. Somente em 2017 foram investidos US\$ 8,8 bilhões, por meio de 27 projetos confirmados que englobaram diversos setores, como óleo e gás, energia, logística, pesquisa e desenvolvimento, agronegócio e outras atividades industriais e de serviços.

Além disso, quase metade dos empreendimentos se deu via projetos greenfield, que envolvem a construção de novos negócios, gerando empregos e aquecendo a economia local. Em alguns pontos, por sinal, a esperada agenda privatizante e liberal do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, está em consonância com o que já tem sido visto na presença chinesa no Brasil, que também tem feito aquisições importantes, sobretudo no setor energético. Entretanto, o ano de 2018 parece ter experimentado menor efetivação de novos investimentos chineses, ainda que isso seja reflexo temporário das incertezas provocadas pelo final de um governo transitório e um ano eleitoral particularmente conturbado. O interesse da China em investir, no entanto, segue firme: até o momento, dados preliminares do CEBC indicam a existência de 31 projetos anunciados, o segundo melhor ano na série histórica, atrás apenas de 2017.

No momento, a percepção da maioria dos analistas sugere que os investidores chineses estariam cautelosos, aguardando um novo marco regulatório do governo em formação. Além da relevância em termos financeiros, os investimentos chineses no Brasil têm muito a oferecer a qualquer projeto de desenvolvimento nacional. A China dispõe de grande expertise tecnológica em projetos de infraestrutura, fruto de décadas de gigantescos investimentos domésticos no setor, que por muito tempo foi um dos principais motores da economia chinesa. Empresas como China Three Gorges e State Grid, com presença consolidada no Brasil, têm trabalhado em grandes concessões públicas, como na modernização das usinas hidrelétricas adquiridas em leilões realizados pelos últimos governos. Nesse contexto, os chineses operam de acordo com a legislação brasileira e as regras de mercado, de forma semelhante a qualquer outro investidor estrangeiro.

Além disso, sua atuação é determinada por um impulso mercadológico: compram empresas a preços competitivos no Brasil e buscam a renovação de parte da infraestrutura nacional, elemento imprescindível para o escoamento dos milhões de toneladas de soja e minério de ferro que vendemos à China todos os anos – negócio altamente rentável, que rendeu US\$ 35,7 bilhões para o Brasil entre janeiro e novembro de 2018. Em termos comerciais, o cenário é ainda mais impressionante. De acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a China é o nosso principal parceiro comercial há quase dez anos e desde 2009 temos mantido seguidos superávits com esse país

– chegando ao recorde de US\$ 20 bilhões favoráveis ao Brasil em 2017 –, o que em grande medida tem compensado nossas eventuais relações deficitárias ou menos proveitosas com outros parceiros relevantes, como os Estados Unidos e a União Europeia. Antes mesmo do fim de 2018, o Brasil bateu um recorde histórico de exportações: vendeu US\$ 59 bilhões em produtos destinados ao país asiático, acontecimento que indica que os chineses estão, na verdade, “comprando do Brasil” como nunca.

O agronegócio, setor largamente alinhado com o novo presidente da República e, segundo a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq-USP), responsável por manter quase 19 milhões de empregos no Brasil, é um dos maiores beneficiários de uma relação proveitosa com a China. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, até novembro de 2018, dos US\$ 93 bilhões exportados pelo setor, 35% foram destinados à China; e 56% de todas as vendas brasileiras destinadas ao país asiático tiveram origem no setor agropecuário, somando exportações que chegaram a US\$ 33 bilhões. É notável que as relações bilaterais tenham evoluído nos últimos anos e, apesar de todos os avanços, ainda haja um espaço praticamente inexplorado pelo lado brasileiro.

A economia doméstica chinesa de hoje tem como elemento-chave o consumo, fruto de uma nova classe média com demandas cada vez mais sofisticadas e, consequentemente, disposta a gastar mais. Essa “revolução do consumo” abre uma série de oportunidades para o empresariado brasileiro, que pode explorar novos mercados na China por meio de investimentos e exportações com maior valor agregado, sobretudo em áreas nas quais já somos competitivos, como o próprio agronegócio. Essas perspectivas indicam que uma agenda bem construída com a China tem grande potencial para contribuir de forma decisiva na retomada do crescimento da economia brasileira, algo que certamente não poderá ser ignorado pelas equipes econômica e de relações exteriores do novo governo.

COORDENADOR DE ANÁLISE E PESQUISA DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/12/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: CVM acusa Dilma

A ex-presidente Dilma Rousseff e outros 16 ex-executivos foram acusados formalmente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por irregularidades na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. A autarquia que regula o mercado de capitais no Brasil instaurou um processo administrativo sancionador (PAS) para apurar a atuação de ex-diretores e ex-membros do conselho de administração da Petrobras.

Será o segundo procedimento contra a petista, que responde processo administrativo referente à compra da Refinaria de Pasadena. De acordo com a CVM, Dilma e os envolvidos cometeram “possível inobservância de deveres fiduciários de administradores” da Petrobras. Ela ocupou a presidência do conselho da estatal de 2003 a 2010, quando também era ministra-chefe da Casa Civil. Se confirmadas as irregularidades, os 17 poderão ter que pagar multa, além de outras punições.

O procedimento investigatório foi aberto em março de 2016. Além de Dilma, foram acusados o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, e os ex-presidentes da Petrobras Sérgio Gabrielli e Maria da Graças Foster. O ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, também está entre os envolvidos.

A Superintendência de Processos Sancionadores (SPS) despachou o relatório final, no dia 19, para a área que cuida do encaminhamento de processos e as informações foram publicadas ontem no site da CVM. A refinaria começou a ser construída em 2008 e custou mais de R\$ 40 bilhões. O projeto inicial previa gastos de R\$ 2 bilhões. Os investigadores trabalham com denúncias de superfaturamento.

Dilma e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva viraram réus em Brasília pelo crime de organização criminosa por supostos crimes cometidos na Petrobras. A Abreu e Lima é um dos principais alvos de investigação da Operação Lava-Jato, sendo responsável por prejuízos de R\$ 1,5 bilhão no balanço da estatal. O Correio não conseguiu contato com a defesa da petista.